

Dívida pública dispara em maio.

Mas isso não é de todo ruim.

JORNAL DA TARDE

Quais os efeitos do crescimento real de 11,9%, em maio, na dívida mobiliária federal junto ao público, de Cz\$ 5,5 trilhões? Dois conceituados economistas do Rio, Alberto Sozin Furuguem e Paulo de Tarso Medeiros, entendem que no curto prazo, não há preocupações maiores. Furuguem, ex-diretor da Área Bancária do Banco Central, observa: "Num quadro de déficit público elevado, quanto maior o crescimento da dívida, melhor. É sinal de que se financiou o déficit com dívida. É melhor do que com emissão de moeda. A curto prazo, a dívida poderia ter crescido até mais, o que não vale, entretanto, para o longo prazo".

Medeiros, professor da Universidade Santa Úrsula e diretor da Diminas, ressalta que as taxas de juros não mostram pressão maior sobre a liquidez como consequência da maior colocação de papéis junto ao público. "Não dá para entender se tem implicações com o déficit público atual", afirma. Entre as explicações estão um crescimento das reservas cambiais (já que o puro e simples superávit comercial não basta para pressionar a base monetária, salvo quando se converte em elevação de reservas, quando o BC precisa entregar, em termos líquidos, os cruzados aos exportadores);

e, ainda, conversões de dívida externa em capital de risco ou quitações de dívida e transformações de passivo. Tais transformações ocorrem quando depósitos dos agentes do Sistema Financeiro da Habitação no Banco Central são transformados em OTNs, (Obrigação do Tesouro Nacional), como ocorreu em abril e maio. "Nesses casos, há um grande aumento da dívida pública sem representar grande coisa; não há efeito sobre as contas monetárias" — explica Medeiros.

A perspectiva, porém, é de um crescimento real muito elevado no segundo semestre. "A não ser — registra Furuguem — que se corte o déficit público de verdade. Mesmo que o Brasil cumpra o programa com o Fundo Monetário Internacional, de fazer um déficit de 4% do PIB (Produto Interno Bruto), o valor será muito alto". E muito maior será se for aprovada a anistia fiscal e não se chegar a uma solução para os salários na área pública, entende o ex-diretor da Área Bancária.

Em tese, maior dívida implica mais impostos no futuro para pagar o serviço da dívida; pressão sobre o mercado de crédito; e dificuldades para que o governo se financie via novas emissões de papel.